

ENTRE NÓS E LAÇOS:

Indagações sobre a presença de negros livres no distrito do Sul Sé,
São Paulo, fim do Império e início da República

ANA FLÁVIA MAGALHÃES PINTO¹

Comenta José Maria dos Santos nas páginas finais de *Os republicanos paulistas e a abolição* que, nos comícios e festejos públicos pela aprovação final da Abolição nos primeiros dias de maio de 1888: “Entre a multidão havia um grande número de libertos, de antigos protegidos e de humildes amigos de Luiz Gama. A um momento dado, em muitas daquelas fisionomias, os olhos luziam, inundados de lágrimas” (SANTOS, 1942: 307). As expectativas acerca da liberdade devem ter sido mesmo contagiantes. Tratava-se da celebração do resultado de lutas de longa data, nas quais muitas dessas pessoas haviam atuado cotidianamente, sem isso, contudo, ter se revertido em notoriedade via páginas dos jornais para a maioria. Coube a elas entrar para a história mediante esses rápidos comentários a respeito da “multidão turbulenta” sem rosto, mas cuja presença era facilmente notada pelas cores de suas peles e por que não dizer de outros traços físicos (Cf. ANDREWS, 1991 e 1998; SCHWARCZ, 1987).

Era uma gente que tinha “atentado” contra o sossego de muitos escravistas que estava ali a comemorar. Tal como Maria Helena Machado fez questão de registrar em seu trabalho sobre os diversos sujeitos atuantes no processo abolicionista dos anos 1880: “Da ação jurídica ao acoitamento de escravos, a atuação abolicionista não se limitava às lutas forenses – nos anos mais adiantados da década, a indisciplina do populacho abolicionista e a turbulência das ruas, onde, muitas vezes, a participação dos negros se mostrava majoritária, povoaram as ruas da cidade de São Paulo” (MACHADO, 1994: 156). No entanto, o destaque dado por vários jornais da época à atuação e ao compromisso abolicionista de algumas figuras do Partido Republicano Paulista e a reprodução dessas percepções em textos de memorialistas e trabalhos

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutoranda em História Social da Cultura, bolsista da Fapesp. E-mail: anaflavia79@uol.com.br.

historiográficos posteriores contribuíram para escamotear as vozes dissonantes e os sujeitos indesejados desse processo.

De tal sorte, se foi até mesmo possível a Joaquim Nabuco subestimar os esforços de Luiz Gama em prol da campanha abolicionista já na década 1860, como destacou Sud Mennucci (1938: 189-193), o que dizer, então, do ocorrido a certas figuras que se fizeram notar de alguma forma, mas que não alcançaram o reconhecimento daquele bem lembrado abolicionista negro falecido em 1882? Alguns nomes de “homens cor”, entretanto, irrompem aqui e ali em textos historiográficos e outros documentos que tratam de ações de resistência à escravidão, em defesa da República ou mesmo da Monarquia na província de São Paulo, sem que haja muito detalhamento a respeito. Quintino de Lacerda, Pio, Eugênio Wansuit, Elias Álvares Lobo, Alfredo Casemiro da Rocha, Salvador de Paula são alguns dos recorrentes².

Outros tiveram menos espaço, a exemplo dos envolvidos na edição dos jornais negros *A Pátria*, de 1889, e *O Progresso*, de 1899³. Indivíduos como Ignácio de Araújo Lima e Arthur Carlos, vinculados ao primeiro, Theophilo Dias de Castro e José Cupertino, responsáveis pelo segundo, apostaram na publicação desses títulos de curta duração que tinham como mote a defesa da cidadania dos negros no imediato pós-abolição em São Paulo, dando mostras de seu envolvimento e marcado interesse pelos rumos da política nacional.

Localizada entre o fechamento das batalhas abolicionistas e a instauração da República, *A Pátria* absorveu essas duas temáticas a fim de colocar-se distante das disputas entre os partidos liberal e conservador – os “partidos monárquicos”:

Para nós homens de cor, em nada influiu a queda dos conservadores, assim como a ascensão dos liberais ao poder. (...) Teremos sempre por divisa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Abraçando por essa forma as doutrinas republicanas, porque só nela encontraremos a reabilitação de nossa raça estigmatizada pela escravidão⁴.

² Referências a esses homens aparecem, por exemplo, em: *O Plano e o Pânico*, de Maria Helena Machado (1994); *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, de José Maria dos Santos (1942); *Negro político, político negro*, de Oraci Nogueira (1992); *Uma história não contada*, de Petrônio Domingues (2004); e *Elias Álvares Lobo*, um momento na música brasileira, de Luis Roberto de Francisco (2001).

³ *A Pátria – Órgão dos Homens de Cor*, n. 2, 2 de agosto de 1889; *O Progresso – Órgão dos Homens de Cor*, n. 1, 24 de agosto de 1899.

⁴ *A Pátria – Órgão dos Homens de Cor*, n. 2..., p. 2.

Passados dez anos, os editores de *O Progresso*, por sua vez, não contavam com muitos motivos para elogiar a República ou saudar os frutos da abolição, que permanecia com contornos incertos. Diferentemente do primeiro, este vinha a público anunciando ter o único fim de “prestar auxílio desinteressado à raça a que pertencemos”. O trem da história, para aqueles que almejavam participar da viagem da modernização, precipitava desejos de mudanças intensas, ao tempo em que viabilizava muitas dúvidas. Tais expectativas, ao depararem com a conservação do estado de coisas, resultavam em expressões de desgosto, frustração e indignação, como esta:

Passou-se o período mais angustioso para os homens pretos. Surgiu a aurora de 13 de maio, data de imorredoura glória de muitos pretos que foram os arautos da abolição como Luiz Gama, José do Patrocínio, Quintino de Lacerda, Rebouças e tantos outros.

Proclamou-se a República, o governo da igualdade, da fraternidade e quejandas liberdades. No movimento republicano, contavam-se muitos pretos e mulatos (que vem a dar no mesmo) que prestavam e prestam serviços inolvidáveis ao novo regime.

Esperávamos nós, os negros, que, finalmente, ia desaparecer para sempre de nossa pátria o estúpido preconceito e que os brancos, empunhando a bandeira da igualdade e fraternidade, entrassem em franco convívio com os pretos, excluindo apenas os de mau comportamento, o que seria justíssimo.

Qual não foi, porém a nossa decepção ao vermos que o idiota preconceito em vez de diminuir cresce; que os filhos dos pretos, que antigamente eram recebidos nas escolas públicas, são hoje recusados nos grupos escolares; e que os soldados pretos que nos campos de batalha têm dado provas de heroísmo, são postos oficialmente abaixo do nível de seus camaradas; que para os salões e reuniões de certa importância, muito de propósito não é convidado um só negro, por maiores que sejam seus merecimentos; que os poderes públicos, em vez de curar do adiantamento dos pretos, atiram-nos à margem, como coisa imprestável?⁵

Tal como fica entrevisto nas páginas dos exemplares que sobreviveram ao tempo, eles também estiveram inseridos nas lutas abolicionistas – mediante vínculos com diferentes grupos, a exemplo da sociedade secreta dos caifazes, liderada por Antonio Bento, e do Clube Abolicionista do Brás, cujo seu membro-fundador Feliciano Bicudo foi homenageado em *A Pátria* (MOURA, 2004: 160) –, bem como estabeleceram vínculos com a causa e o Partido Republicano Paulista (PRP), ou, ainda, por meio de outras tantas frentes disponíveis à época.

Essas ausências contrastadas com pequenos vestígios acabam por instigar a curiosidade acerca das múltiplas experiências que também poderiam servir para contar

⁵ *O Progresso – Orgam dos Homens de Côr*, n. 1..., p. 3 – grifos meus.

as histórias sobre os últimos anos da escravidão legal no Brasil e de como o pós-abolição foi vivenciado por diferentes sujeitos. Convidam, pois, a uma reflexão sobre como foram as vidas de pessoas negras livres e libertas no fim do século XIX, época de muitas disputas, expectativas e inseguranças. Com efeito, volto ao comentário de José Antonio dos Santos e me pergunto: Estariam esses representantes de *A Pátria* e *O Progresso* entre a multidão que festejou o 13 de Maio em São Paulo? Acreditando que sim, logo me vem outra indagação: Como teria se dado essa presença?

No esforço para alcançar alguma resposta, entendo que o tom de frustração com que Arthur Carlos apresentou sua crônica sobre o primeiro aniversário da abolição na cidade sugere que, no ano anterior, pessoas como ele tenham vivenciado aquele momento como o anúncio de tempos mais democráticos e uma exaltação ao patriotismo e à cidadania brasileira:

O modo frio com o qual foi acolhida aquela data demonstra evidentemente a falta de patriotismo que existe entre nós! (...) Os dias 12 e 13 de maio do corrente ano em nada diferiram dos comuns, senão pelo zelo especial que teve a nossa polícia em mandar espancar e pisar a patas de animais os transeuntes que saíram de suas casas em busca de festas e que, completamente desenganados, tiveram que recolherem-se a seus lares, porque a prudência assim aconselha. Dizendo que não houve festas, faltamos um pouco com a verdade. Sim... Tivemos festas... Algumas iluminações, música na rua e largo da liberdade, e também batuques a valer, enfim, uma brincadeira particular, que não traduziam o sentimento de um povo⁶.

O desencanto é nítido, mas, para além dele, o fragmento acaba por iluminar uma série de detalhes. Tanto era real e previsível a presença de transeuntes indesejados pela rua, afoitos por comemorar o primeiro ano desde o fim da escravidão no Brasil, que a repressão policial já havia sido prevista e acabou sendo exitosa em fazer com que aquelas pessoas voltassem às suas casas. As comemorações populares, portanto, tiveram de ser, quando não particulares, restritas a poucos espaços públicos e, sobretudo, discretas. Importa ainda destacar que, apesar disso, houve “batuques a valer”. Ou seja, a despeito daquela tentativa de silenciamento e longe dos olhos das autoridades, houve muitos que atribuíram grande importância ao evento e não deixaram de celebrar (Cf. FREHSE, 2005; ROSEMBERG, 2008).

Observador privilegiado, Arthur Carlos fora um assíduo participante das lutas abolicionistas e republicanas na capital da província. Anteriormente à edição de *A*

⁶ CARLOS, Arthur. 13 de Maio em São Paulo. *A Pátria*, n. 2, 2 de agosto de 1889, p. 4.

Pátria, envolvera-se na publicação de outros dois jornais que defenderam ambas as divisas, a saber, *Noventa e Três*, de 1882; e *Oitenta e Nove*, de 1884 (FREITAS, 1915: 280 e 289; NOBRE, 1950: 125 e 128). Consta que atuara no movimento dos caifazes liderado por Antonio Bento. Dorothy B. Porter menciona que, “entre alguns dos abolicionistas negros que ajudaram Bento, muitos dos quais foram também companheiros de Luiz Gama, estava Arthur Carlos, um jovem e inteligente homem negro que trabalhou entre os negros em São Paulo” (PORTER, 1952: 64-65). E de acordo com o depoimento de Antonio Manuel Bueno de Andrade, “Artur Carlos, um preto moço, alto, espigado vivo e inteligente, continuou em propaganda republicana entre os pretos de S. Paulo, os mesmos serviços à democracia que já prestara durante a abolição” (ANDRADE *apud* MORAES, 1986: 222).

Contava com vinte e poucos anos de idade quando veio a assistir às comemorações de maio de 1888. Chegara àquele dia como homem livre, mas foi apenas em 1890, já em tempos republicanos, que pode gozar do direito político do voto. Em 12 de abril, registrou-se como eleitor do distrito do Sul da Sé (número geral 1260), informando ser solteiro, morador da Rua Conde de Sarzedas e desempenhar o ofício de artista. Não lhe foi possível, entretanto, declarar a identidade paterna, sendo o campo preenchido com a lacônica categoria “desconhecida”⁷. Sua vida parece ter sido tão intensa que acabou sendo breve. “Aos onze dias do mês de agosto de 1899, sepultou-se na Carneira da Câmara n. 193, 2ª Ordem, o cadáver de Arthur Carlos, com 30 anos, solteiro, brasileiro, falecido hoje às 3 horas da manhã de insuficiência mitral”⁸. Segundo a certidão de óbito, teria falecido em decorrência de problemas cardíacos num hospital de caridade, o que torna bem provável sua condição de pobreza.

Infelizmente os documentos consultados não oferecem muitos outros detalhes sobre sua vida. Tendo morrido jovem, sem deixar filhos ou a indicação de parentes que pudessem dizer sobre sua trajetória individual e/ou familiar, a investigação a seu respeito obrigatoriamente tem de insistir no acompanhamento das discretas pistas que

⁷ *Livros de Alistamento de Eleitores, Sul da Sé, 1881-1890*. Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHMSP), Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiquetas 1390 e 1398; *Certidão de Óbito de Arthur Carlos*. Cartório da Consolação. Livro C-16, fls. 185-V, termo 934. Embora haja nos documentos consultados dados que assegurem se tratar da mesma pessoa, há uma contradição quanto à idade de Arthur Carlos. Enquanto nos registros de alistamento de eleitor de 1890, a idade indicada seja de 26 anos, o que sugere 1864 como o ano de seu nascimento; a certidão de óbito de 1899 afirma que ele teria morrido aos 30 anos de idade, ou seja, teria nascido em 1869.

⁸ *Livro de Inumação* n. 22, p. 168. AHMSP, Acervo do Serviço Funerário Municipal – Cemitérios.

estão espalhadas em séries documentais variadas, com destaque para os jornais. A aposta justifica-se nos resultados até aqui obtidos. Foi da leitura do primeiro número de *O Progresso*, de 24 de agosto de 1899, que se tornou possível assegurar a existência de laços entre os responsáveis pela publicação desses dois jornais negros paulistanos oitocentistas. Há ali uma nota sobre o falecimento de Arthur Carlos, de provável autoria de Theophilo Dias de Castro, que, além do pesar, registrava a continuidade e o compartilhamento de lutas políticas empreendidas por diferentes homens negros no período de dez anos que separou uma publicação da outra:

Faleceu a 11 do corrente, nesta capital, o nosso prezado amigo e companheiro de lutas Arthur Carlos. O ilustre finado, por suas qualidades, pela amenidade de trato, pelo papel que desempenhou na sociedade paulista tornou-se merecedor da admiração de quantos o conheciam e da gratidão de seus amigos. Pretendíamos publicar sua biografia, porém, por nos ter chegado às mãos já muito tarde, não nos foi possível fazê-lo. No próximo número nos obrigaremos deste dever⁹.

Esse “próximo número” de *O Progresso*, se existiu, ou está escondido em algum fundo documental não catalogado, ou nem mesmo foi incorporado a qualquer arquivo pessoal ou institucional. Por sua vez, outro vazio incômodo vem dos números comemorativos de *A Redenção – Folha Abolicionista, Comercial e Noticiosa* em homenagem à “abolição do cativeiro” entre os anos 1889 e 1899. Ali não há textos de autoria de Arthur Carlos ou de qualquer outro dos colaboradores dos “órgãos dos homens de cor”, bem como inexistente qualquer menção direta às ações abolicionistas destes. A presença negra no mais das vezes ficou ali limitada às referências aos escravizados anônimos beneficiados pela ação abolicionista¹⁰.

Seja como for, o acompanhamento de informações sobre esse periódico se mantém valioso sob outros argumentos. De acordo com Antonio Manuel Bueno de Andrade: “Na tipografia da *Redenção* reuniam-se, quase diariamente, os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, em sua maioria operários negros, e também muitos outros abolicionista” (ANDRADE *apud* MORAES, 1986: 219). Unindo

⁹ *O Progresso – Órgão dos Homens de Cor*, n. 1, 24 de agosto de 1899, p. 4.

¹⁰ *A Redenção – Folha Abolicionista, Literária e Noticiosa*, ano II, n. 138, 13 de maio de 1888; *A Redenção – Folha Abolicionista*, ano III, n. 139, 13 de maio de 1889; *A Redenção – Folha Abolicionista*, ano IV, n. 140, 13 de maio 1890; *A Redenção – Folha Abolicionista*, ano V, 13 de maio de 1893; *A Redenção – Folha Abolicionista*, edição comemorativa, 13 de maio de 1895; *A Redenção – Folha Abolicionista*, 13 de maio de 1897; *A Redenção – Folha Abolicionista*, 13 de maio de 1898; *A Redenção – Folha Comemorativa da Abolição do Cativeiro*, ano XI, n. 11, 13 de maio de 1899.

as duas pontas, Antonia Aparecida Quintão, em seu trabalho sobre irmandades negras em São Paulo no fim do século XIX, confirma tal percepção sobre uma marcante presença abolicionista nesses espaços e demonstra a existência de um estreito diálogo entre integrantes das Irmandades de Nossa Senhora dos Remédios e de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (QUINTÃO, 2002). Uma vez que muitas ações de resistência ao escravismo passaram por essas organizações de leigos que atuavam à revelia do catolicismo ultramontano, e diante da repressão a que estas foram submetidas no pós-abolição, os registros de tais experiências oferecem importantes informações sobre a presença e a intervenção dos negros livres e libertos naquela sociedade.

Nesse sentido, enquanto a participação de Arthur Carlos pode ter sido mais discreta, não tendo eu encontrado, até o momento, documentos que atestem que ele tenha vínculos com as irmandades citadas, algo diferente se deu com Theophilo Dias de Castro, redator chefe de *O Progresso*. Graças a uma nota de pesar pela morte de Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, publicada no *Diário Oficial da União* de 15 de fevereiro de 1912, tomei ciência de que Dias de Castro ocupara o cargo de juiz provedor da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos¹¹. Na verdade, indo adiante, soube, a partir do registrado na documentação da irmandade compilada por Raul Joviano Amaral, que ele respondia por tal posto desde 1910. Tendo se tornado membro da irmandade em 1870, desempenhara a função de secretário entre 1902 e 1910, quando chegou ao ponto máximo na hierarquia da irmandade, pouco antes de esta celebrar seu bicentenário. Esteve ele, pois, às voltas com as negociações com a prefeitura que culminaram na transferência da Igreja do Rosário dos Pretos para o Largo do Paissandu. Ignácio de Araújo Lima também fora membro desta irmandade, datando seu registro de 1888. Todavia, afora o posto de irmão de mesa, esse ocupou por breve tempo o cargo de tesoureiro no ano compromissal de 1890-1891, vindo a falecer neste ano¹².

Cabe registrar que, com base nas informações encontradas, ousou dizer que Theophilo Dias de Castro conseguiu estabelecer uma trajetória mais exitosa que os demais “homens de cor” que colaboraram na edição dos dois jornais negros

¹¹ *Diário Oficial*. Ano LI, 24º da República, n. 40, 15 de fevereiro de 1912, p. 2121.

¹² Cf. Mesas administrativas e Relação Nominal dos Irmãos In: Raul Joviano do Amaral. *Os pretos do Rosário de São Paulo: subsídios históricos*. São Paulo: Alarico, 1953.

mencionados. Nascido em 1868, era filho de Eleutério Dias da Costa – primeira informação que o diferencia de Arthur Carlos e Ignácio de Araújo Lima, figuras centrais de *A Pátria*. Tinha 31 anos de idade quando, em parceria com outros, lançou *O Progresso – Órgão dos Homens de Cor*, em 1899. Ao passo que Arthur Carlos declarara o ofício de artista e Ignácio de Araújo Lima, o de pintor; Dias de Castro era funcionário público¹³.

Assim como os demais, foi morador do distrito do Sul da Sé na virada do século XX. Seu nome consta nas relações da comissão revisora de alistamento eleitoral do município para os anos de 1902 e 1904, que tornavam pública a inclusão de uma série de cidadãos como eleitores do Sul da Sé, “de acordo com a revisão geral que se procedeu no corrente ano, nos termos da lei federal n. 35, de 26 de janeiro de 1892”¹⁴. Porém, desde os 26 anos, pelos menos, já fazia parte do corpo de jurados da Comarca de São Paulo, como morador do Sul da Sé, conforme a convocação publicada no *Diário Oficial* em nome do juiz de direito da 4ª Vara Criminal e presidente da junta revisora de jurados da comarca de São Paulo em 1894; e no convite para sessão periódica do júri a se realizar no Fórum, localizado Rua do Quartel, em julho de 1900¹⁵. O último registro a esse respeito aponta que desempenhou tal função no mínimo até 1923¹⁶.

Além disso, em 1911, quando se procedeu a nova revisão do alistamento de eleitores, Theophilo já era casado, tendo provavelmente contraído matrimônio antes disso, já que estava com 43 anos. Nessa época não morava mais na Sé, pois a nova lista de eleitores indica que seu registro eleitoral estava sendo transferido do Distrito da Consolação para o da Bela Vista¹⁷. Manteve residência ali até pelo menos 1924. A afirmação se funda em dados que atestam sua participação em pleitos eleitorais. Seu nome figura na lista de eleitores do Distrito da Bela Vista confirmados para a eleição de

¹³ *Livro de Alistamento de Eleitores, Sul da Sé, 1890*. AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1390 (Sobre Arthur Carlos e Ignácio de Araújo Lima); Alistamento e Revisão Eleitoral do Município de São Paulo – Distrito da Bela Vista. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, ano 21, n. 43, 23 de fevereiro de 1911, p. 783-784 (Sobre Theophilo Dias de Castro).

¹⁴ *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (DOESP), ano 12, n. 178, 14 de agosto de 1902, p. 1724-1725; *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, ano 14, n. 188, 27 de agosto de 1904, p. 1659-1660.

¹⁵ DOESP, ano 4, n. 1024, 24 de novembro de 1894, p. 1236; *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, ano 10, n. 137, 22 de junho de 1900, p. 1456.

¹⁶ DOESP, ano 32, n. 112, 22 de maio de 1923, p. 3760-3765.

¹⁷ Alistamento e Revisão Eleitoral do Município de São Paulo – Distrito da Bela Vista. DOESP, ano 21, n. 43, 23 de fevereiro de 1911, p. 783-784.

senador federal de 9 de novembro de 1918; de presidente de 13 de abril de 1919; e para a renovação do Congresso Legislativo Estadual em 1925¹⁸.

Essa permanência prolongada talvez seja justificada pela aquisição de algum imóvel residencial na Bela Vista logo na primeira década do século XX. Ao que tudo indica, Theophilo Dias de Castro alcançou meios para investir na compra de imóveis. A relação da Recebedoria de Rendas de São Paulo sobre imposto territorial para terrenos não edificados, publicada no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, de 11 de novembro de 1933, indica que ele era proprietário de dois terrenos no distrito do Cambuci: um na Rua Visconde de Parnaíba n. 557, de 690 metros quadrados, avaliado em 14 contos de réis; e outro na Rua Particular n. 8, de 540 metros quadrados, avaliado em 11 contos de réis¹⁹.

Aproveitando o ensejo, os dados domiciliares e imobiliários de Theophilo Dias de Castro, uma vez aproximados e comparados com os dos outros sujeitos e das redações dos “órgãos dos homens de cor” citados, viabilizam uma breve discussão sobre a presença e a participação de negros no espaço urbano paulistano. Trata-se, pois, de um tema que tem ganhado o interesse de um crescente número de pesquisadores. Trabalhos como os de Raquel Rolnik (1989), José Carlos Gomes da Silva (1990) e Carlos José Ferreira dos Santos (1998), entre outros, oferecem pistas valiosas sobre a ocupação de determinados territórios paulistanos na virada do século XIX para o XX (SIMSON, 2007; CASTRO, 2008; AZEVEDO *et alii*, 2009).

Apesar de existirem razões demográficas a nos impedir de tratar São Paulo como uma cidade negra oitocentista, a exemplo do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís, uma série de estudos tem apontado para a existência de territórios negros ali (FARIAS *et alii*, 2006). Fala-se muito da Barra Funda, da Bela Vista/Bexiga e um tanto sobre determinados pontos da Sé. Os autores têm seguidamente demonstrado que reconhecer essas espacialidades negras em São Paulo não implica atestar o completo apartamento em relação a outros grupos raciais e étnicos.

Segundo Raquel Rolnik, nos chamados territórios negros paulistas, “desde os tempos da escravidão misturavam-se os pobres da cidade. O Bexiga, por exemplo, tem

¹⁸ DOESP, ano 28, n. 238, 30 de outubro de 1918, p. 5312-5316; DOESP, ano 28, n. 39, 20 de março de 1919, p. 1815-1818, DOESP, ano 33, n. 214, 19 de outubro de 1924, p. 6214.

¹⁹ DOESP, ano 43, n. 252, 11 de novembro de 1933, p. 19.

sido negro e italiano (...). No entanto, isso não quer dizer que historicamente não tenham existido, nessas cidades, comunidades afro-brasileiras fortemente estruturadas e circunscritas a territórios particulares” (ROLNIK, 1989: 35). Afora isso, conforme observação de Olga de Moraes von Simson, havia outras especificidades que nada serviam para atestar a existência de igualdade e convívio harmônico:

Embora encarados em sua totalidade como zonas urbanas desvalorizadas, esses bairros apresentavam clara diferenciação interna: nas ruas mais urbanizadas habitavam as famílias brancas, e as ruelas e becos, com topografia muito irregular e sujeitas a constantes alagamentos, eram ocupadas por famílias negras. Assim, dentro de cada uma dessas regiões havia setores brancos e redutos exclusivamente negros (SIMSON, 2007: 100).

Ponderações dessa natureza servem de guia para a análise dos dados obtidos sobre o distrito do Sul da Sé, onde tanto os jornais quanto a maioria de seus responsáveis tiveram morada. O endereço de referência de *A Pátria* serve como ponto de partida. Conforme se recomendava em 1889: “Correspondência, assinatura e tudo o que tiver relação com *A Pátria* pode ser dirigido ao Largo da Sé 2D, Casa Aymoré”²⁰. Mais conhecida como Charutaria Aymoré, de propriedade de Kanz e Bicudo, essa loja era tida como um “ninho de caifazes” (ANDRADE *apud* MORAES, 1986: 222) – ou seja, outra indicação da rede sociopolítica na qual estavam inseridos os membros daquele impresso. Próximo dali, no número 45 da Rua das Flores, funcionaria em 1899 o escritório de *O Progresso*, onde José Cupertino, redator secretário, receberia as correspondências²¹.

A simples possibilidade de edição de jornais como esses chama atenção para detalhes da constituição da Sé como espacialidade favorável ao desenvolvimento de manifestações culturais e políticas da população negra que ali se fazia presente desde muito tempo. Não é demais lembrar que, sendo “a semente de tudo que brotou depois” em São Paulo, o bairro da Sé abrigou o antigo prédio da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construído no século XVIII por gente de origem banto. Após várias investidas em prol da retirada da igreja do seu lugar original desde a década de 1870 – processo durante o qual descendentes dos construtores, famílias de libertos, tiveram suas casas desapropriadas para a realização de reformas urbanísticas –, o prédio foi finalmente destruído no primeiro decênio do século XX, no mandato do prefeito

²⁰ *A Pátria* – *Órgão dos Homens de Cor*, n. 2, 2 de agosto de 1889, p. 4.

²¹ *O Progresso* – *Órgão dos Homens de Cor*, n. 1, 24 de agosto de 1899, p. 4.

Antônio Prado, sendo outro construído no Largo do Paissandu (AMARAL, 1953). Foi, portanto, nesse novo templo que Theophilo Dias de Castro exerceu a função de juiz provedor, como mencionado páginas atrás.

Por outro lado, na Sé também se estabeleceu a Faculdade de Direito, em 1827, onde estudaram alguns “homens de cor”. Esses foram mais do que se fala e menos do que poderiam ter sido. A título de ilustração, temos Castro Alves, Ferreira de Menezes e Aurélio Bittencourt Júnior – este membro fundador de *O Exemplo*, primeiro jornal negro do Rio Grande do Sul. Barros Ferreira chama atenção, entre outras particularidades, para o fato de a Sé ter sido espaço de muitas oficinas e redações de jornais paulistanos (Ferreira, 1971). Além de terem sido aproveitadas como oportunidade de emprego para indivíduos como Ferreira de Menezes, Luiz Gama e José Cupertino, algumas dessas oficinas e redações acabaram se tornando ponto de convergência de outros tantos homens negros letrados ou simplesmente interessados nas questões públicas de seu tempo. A sede de *A Redenção* mesmo, que se destacou nesse sentido, esteve localizada nessa região, primeiramente na Rua da Esperança n. 11 e depois no Largo 7 de Setembro²².

Os primeiros resultados desse exercício com os dados de localização espacial das experiências abordadas tornaram indispensável o recurso a peças cartográficas. Ao facilitar intuir a movimentação das pessoas e permitir perceber como determinadas ações compartilharam o mesmo espaço e até o mesmo tempo, a incorporação de novas informações aos mapas da cidade de São Paulo tende a garantir força à narrativa em construção²³. Assim, como pondera Maria Lúcia Perrone Passos, se é verdade que “os mapas têm sido, através dos tempos, a linguagem do poder, não do protesto”, e que o “mapa (...) tanto pode revelar quanto ocultar, e por intermédio da cartografia é possível atingir, codificar e legitimar o poder político e econômico”, é certo também que usos inusitados desse material podem servir para iluminar questões que se queriam apagar no momento de sua criação e retirar do subterrâneo o que para alguns continuou sendo digno de esquecimento (Passos e Emídio, 2009, p. 19).

²² *A Redenção – Folha Abolicionista, Comercial e Noticiosa*, ano I, n. 1, 2 de janeiro de 1887; ano II, n. 132, 22 de abril de 1888.

²³ Para tanto, tenho trabalhado com os seguintes mapas: Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes, desenhada e publicada por Jules Martin em 1890; e Planta Geral da Capital de São Paulo, organizada sob a direção do dr. Gomes Cardim, 1897. In: Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo. *São Paulo antigo: plantas da cidade*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1954.

De tal sorte, com base nos dados domiciliares de 1890 de Arthur Carlos, Ignácio de Araújo Lima e José Cupertino e na Planta Geral da Capital de São Paulo de 1897, que oferece a visualização detalhada das ruas, pude entrever certas condições de estabelecimento parcerias entre eles. Como dito anteriormente, Arthur Carlos morava na Rua Conde de Sarzedas, enquanto Ignácio de Araújo Lima tinha domicílio na Rua São Paulo; e José Cupertino, na Ladeira da Tabatinguera. O detalhe do mapa a seguir confirma que, além de compartilharem o mesmo distrito, moravam em ruas vizinhas e ainda mantinham considerável proximidade com a Baixada do Glicério, reduto de outros abolicionistas como Antonio Bento (Cf. Jesus, 2010):

Planta Geral da Capital de São Paulo de 1897 – detalhe do Sul da Sé



Fonte: Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo. *São Paulo antigo: plantas da cidade*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1954.

Afora esses dados domiciliares, as informações sobre idade, filiação, estado civil, ocupação e data registro como eleitor que também constam nos papéis eleitorais de 1890 a 1900 permitem mais algumas considerações. Embora todos, incluindo Theophilo Dias de Castro, tenham tido envolvimento com a imprensa, apenas José Cupertino era tipógrafo, já aos 21 anos de idade; Arthur Carlos e Ignácio de Araújo Lima, mesmo mais velhos, mantinham-se vinculados aos trabalhos manuais – artista e pintor, respectivamente. Para completar o quadro, todos eles se tornaram eleitores somente após o advento da República, tendo se registrado em dias muito próximos, o

que pode estar relacionado com alguma mobilização republicana para garantir a participação de seus correligionários nos processos eleitorais²⁴.

À luz das informações encontradas nos impressos mencionados e em outras fontes documentais, tenho buscado identificar e articular pistas sobre a presença negra nas lutas abolicionistas, republicanas e no cotidiano da cidade de São Paulo do fim do século XIX e início do XX. Contrariando as minhas poucas expectativas iniciais, tem sido possível avançar no reconhecimento de vários pontos de convergência entre as experiências dos sujeitos eleitos como peças-chave da pesquisa. As informações acessadas permitem, ademais, dar continuidade ao debate sobre como indivíduos e grupos negros vivenciaram as lutas políticas nos imediatos pré e pós-abolição, proclamação da República e demais ações modernizadoras. Convidam ainda a refletir sobre os caminhos criados para que, a despeito do impacto das teorias racialistas e da ideologia do branqueamento, fosse possível apostar na cidadania brasileira e na identidade nacional. Todavia, sendo este um trabalho em desenvolvimento, o apresentado aqui foram apenas amostras dos exercícios de pesquisas e interpretações de dados que se encontram dispersos em fundos documentais diversos, sendo as conclusões provisórias e o aprofundamento necessário.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Raul Joviano do. *Os pretos do Rosário de São Paulo: subsídios históricos*. São Paulo: Edições Alarico, 1953.

ANDREWS, George Reid. O protesto negro em São Paulo – 1888-1988. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, dezembro de 1991.

_____. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru, SP: Edusc, 1998.

AZEVEDO, Elciene *et alii.* (orgs.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

²⁴ *Livro de Alistamento de Eleitores, Sul da Sé, 1881-1890*. AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1398; *Livro de Alistamento de Eleitores, Sul da Sé, 1890*. AHMSP, Fundo CMSP/INTM/PMSP, Série: Eleições, Etiqueta 1390.

- CASTRO, Márcio Sampaio de. *Bexiga, um bairro afro-italiano*. São Paulo: Annablume, 2008.
- DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004
- FARIAS, Juliana *et alii*, *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista, século XIX*, Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006.
- FERREIRA, Barros. *O nobre e antigo bairro da Sé*. São Paulo: Prefeitura Municipal / Secretaria de Educação e Cultura / Departamento de Cultura, 1971.
- FRANCISCO, Luis Roberto de. *Elias Álvares Lobo, um momento na música brasileira*. Itu: Ottoni Editora, 2001.
- FREHSE, Fraya. *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- FREITAS, Affonso A. *A Imprensa Periódica de São Paulo, desde seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1915.
- JESUS, Edson Roberto de. “Bamo samba”. *História – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 40, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao40/materia02/texto02.pdf>>. Acesso em: setembro de 2010.
- MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / EDUSP, 1994.
- MENNUCCI, Sud. *O Precursor do Abolicionismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1938.
- MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- NOBRE, José Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950.
- NOGUEIRA, Oraci. *Negro político, político negro: a vida do doutor Alfredo Casemiro da Rocha, parlamentar da República Velha*. São Paulo: Edusp, 1992.
- PASSOS, Maria Lúcia Perrone e EMÍDIO, Teresa. *Desenhando São Paulo: mapas e literatura (1877-1954)*. São Paulo: Editora Senac / Imprensa Oficial, 2009.
- PORTER, Dorothy B. The Negro in the Brazilian Abolition Movement. *The Journal of Negro History*, v. 37, n. 1, janeiro de 1952.
- QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 17, 1989.
- ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. 2008. 436 f. Tese (Doutorado em

História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Os suburbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo (1900-1930)*. 1990. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. *Carnaval em Branco e Negro: Carnaval Popular Paulistano (1914-1988)*. Campinas: Editora da Unicamp / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.